



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
GABINETE

PARECER n. 00006/2022/GAB/PFFUFMT/PGF/AGU

NUP: 23108.084215/2021-13

INTERESSADOS: TATIANA DE PINHEIRO

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

EMENTA: Administrativo. Contrato serviços continuados. Termo Aditivo. Prorrogação do prazo de vigência.

1. RELATÓRIO

1. A Pró-Reitoria Administrativa - PROAD consulta esse órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal sobre a viabilidade jurídica em se aditivar o **Contrato nº 003/FUFMT/2019**, firmado entre a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - FUFMT** e a **FABRI GRÁFICA E CONFECÇÕES LTDA**, cujo objeto é a prestação dos serviços de cópia, impressão, encadernação, plotagem, plastificação e acabamento, sem franquias, para FUFMT, Campus de Cuiabá, incluindo a concessão de uso oneroso de espaço físico do Campus de Cuiabá para a exploração de atividade comercial com a comunidade acadêmica, mediante preço de mercado.

2. O aditivo tem por objeto a prorrogação contratual por 12 (doze) meses.

3. Os autos estão assim instruídos:

23108.084215/2021-13

I

Portaria dos Fiscais (3986709) Mapa de Risco (3986725) NOTIFICAÇÃO PROAD - CACS - GECON 3986814 Contrato 003/FUFMT/2019 (3989234) Termo Aditivo 1º (3989253) Termo Aditivo 2º (3989260) Termo Aditivo 3º (3989270) Ofício 4 (3989288) E-mail FABRI (4036483) Ofício Aceite e Pedido de Reajuste (4036496) Planilha Concessão e Energia Elétrica (4036519) GRU - Guia de Recolhimento da União Concessão e Energia (4036527) Certidão TCU (4036552) Certidão SICAF (4036583) Certidão CEIS (4036609) Certidão CNEP (4036614) Despacho PROAD - GAG 4036687 Despacho PROAD - GAG 4036924 Despacho PROAD - CACS-Assist. CONTRATOS 4291841 Documento - IPCA (4292674)

II

Despacho PROAD - CACS - GECON 4292748 Despacho PROAD - Chefia de Gabinete 4292841 Certidão - TCU (4295571) Certidão - SICAF (4295588) Minuta - 4º TA (4301129) Parecer 1 (4301171) Despacho PROAD - CACS - GECON 4301198 Despacho PROPLAN - CGO - Coord. 4302116 Despacho PROPLAN - Pró-Reitor(a) 4302356 Despacho PROAD - Chefia de Gabinete 4304812

4. É o relatório.

2. DAS ATRIBUIÇÕES DA PROCURADORIA FEDERAL

5. Preliminarmente, cabe salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do art. 131 da Constituição Federal de 1988 e do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, incumbe, a este órgão assessoramento, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar no mérito de conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa. Nessa linha:

Boa Prática Consultiva - BPC nº 07

Enunciado

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

6. Assim, o escopo desta manifestação jurídica é orientar o Gestor Público quanto às exigências legais para a prática do ato administrativo sob o aspecto jurídico-formal. Isso porque foge à competência legal desta Procuradoria examinar aspectos técnicos, orçamentários e de mérito, inclusive a veracidade das declarações/documentos carreados aos autos aos quais este parecer será juntado (se

for pertinente, a juízo do Gestor).

3. MÉRITO DA CONSULTA

3.1 Da prorrogação contratual

7. No ordenamento jurídico vigente, a prorrogação de um contrato deve observar ao disposto no art. 57 da Lei nº. 8.666/93, bem como ao preceituado no Anexo IX da novel Instrução Normativa MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II- à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.” (original sem grifo)

1. A duração dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo, quando for o caso, ser prorrogada até o limite previsto no ato convocatório, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

(...)

3. Nas contratações de serviços continuados, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, **desde que a instrução processual contemple:**

a) estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

e) manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
e

f) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4. A comprovação de que trata a alínea “d” do item 3 acima deve ser precedida de análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma nova licitação, sem prejuízo de eventual negociação com a contratada para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado.

5. A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente do setor de licitações, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

(...)

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e

~~c) no caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.~~ (Revogado pela Instrução Normativa nº 49, de 2020)

(...)

9. A Administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

10. Nos contratos cuja duração, ou previsão de duração, ultrapasse um exercício

financeiro, deverá ser indicado o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.

11. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando:

~~a) os preços contratados estiverem superiores aos estabelecidos como limites em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou~~ (Revogado pela Instrução Normativa nº 49, de 2020)

b) a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

(original sem grifo)

8. No caso em exame, ao que tudo indica, refere-se a serviço de caráter contínuo. Conforme art. 3º, alínea "a", do Anexo IX da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, há necessidade de estar formalmente demonstrado que a forma de prestação do serviço tem natureza continuada, o que, em tese, foi atendido pelas disposições contratuais.

9. Nota-se que consta previsão de prorrogação no instrumento contratual em sua Cláusula Quarta - Da Vigência do Contrato **(3989234)**.

10. Passa-se, doravante, ao exame dos requisitos para a prorrogação contratual.

11. Quanto ao requisito temporal, constata-se que o mencionado contrato vigora até **17/01/2022 (3989270)**, inexistindo, até a presente data, impedimento de continuidade na prestação dos serviços contratados (Orientação Normativa AGU nº. 03/2009); e que o período total contratado respeita o limite legal estabelecido (art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93).

12. O PARECER nº 00004/2018/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, por sua vez, estabeleceu o seguinte:

(...)

"IV - A VANTAJOSIDADE DA PRORROGAÇÃO NOS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA ESTARÁ ASSEGURADA QUANDO HOUVER PREVISÃO NO AJUSTE DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ITEM 7 DO ANEXO IX DA IN Nº 05/2017-SEGES/MP;

V - A VANTAJOSIDADE DA PRORROGAÇÃO NOS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA ESTARÁ ASSEGURADA QUANDO HOUVER PREVISÃO CONTRATUAL DE ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, O QUE NÃO IMPEDE QUE O GESTOR, DIANTE DAS ESPECIFICIDADES DO CONTRATO FIRMADO, DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME, DA ADEQUAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS QUE FUNDAMENTOU O VALOR DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO, DA REALIDADE DE MERCADO, BEM COMO DA EVENTUAL OCORRÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS ATÍPICAS NO SETOR DA CONTRATAÇÃO, DECIDA, DE MANEIRA FUNDAMENTADA, PELA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS."

13. Neste sentido, a vantajosidade da manutenção do contrato é assegurada pelas previsões de repactuação e/ou reajuste do contrato.

14. Por oportuno, destaca-se que houve manifestação favorável da fiscalização do Contrato **(4036924)** quanto à prorrogação, além do aceite da contratada **(4036496)**.

15. No tocante à autorização pela autoridade competente, o pleito de prorrogação e suas justificativas foram objeto de apreciação (art. 57, §2º, Lei nº. 8.666/93) - **4304812**.

16. Ressalta-se que, em qualquer caso, a prorrogação contratual é matéria da discricionariedade administrativa. Diante das circunstâncias do caso, e tendo em vista o interesse público, admite-se a prorrogação do Contrato. Todavia, torna-se imprescindível a apresentação das justificativas, sob pena de violação do devido processo licitatório. Mormente, a justificativa deve compreender os motivos da prorrogação, em especial, as vantagens para a Administração Pública, a partir da demonstração de resultados e demais traços comparativos, com o escopo de embasar a tomada de decisão pela autoridade competente.

17. Cumpre ressaltar, ainda, a necessidade de realização de relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos do art. 3º, "b", do Anexo IX, da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, o que aparentemente foi atendido, conforme alhures indicado.

18. Houve a comprovação da regularidade administrativa, fiscal e trabalhista da contratada **(4295571; 4295588)**, cuja consulta deve ser renovada antes da assinatura do aditivo.

19. Esta Procuradoria alerta que a empresa contratada deverá manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, incluindo-se aqui a regularidade fiscal, previdenciária, perante o FGTS, bem como prova de inexistência de débitos trabalhistas em dia para que o presente termo aditivo seja celebrado.

20. Quanto à disponibilidade orçamentária, observa-se a respectiva certificação **(4302116)**.
21. Vale lembrar que, em virtude da entrada em vigor da IN MPDG nº 05/2017, a Administração deve observar o novo procedimento de fiscalização previsto no Anexo VIII, da referida IN.
22. Por fim, registra-se que o termo aditivo correspondente consta dos autos **(4301129)**, estando de acordo com a legislação vigente.

4. CONCLUSÃO

23. Com as observações, sugestões, recomendações e orientações acima, **opino pela aprovação da minuta do 4º termo aditivo (4301129) ao Contrato nº 003/FUFMT/2019**, na forma do artigo 38, *parágrafo único*, da Lei 8.666/93 c/c artigo 11, inciso VI, da Lei Complementar nº 73/93, bem como com os artigos 131 e 133 da Constituição da República.
24. É o parecer.
25. Encaminhe-se à Reitoria.
Cuiabá, 11 de janeiro de 2022.

ALLAN DE ALCÂNTARA
Procurador Federal
Procurador-Chefe da PF-FUFMT em substituição

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23108084215202113 e da chave de acesso cb36d048

Documento assinado eletronicamente por ALLAN DE ALCANTARA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 797346928 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALLAN DE ALCANTARA. Data e Hora: 11-01-2022 16:11. Número de Série: 58035068841858819932556390941. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.
